

# A MUNICIPALIZAÇÃO DA COMPANHIA DO GÁS DO PORTO EM 1917

MARCUS CASTRO NUNES MAIA\*

## RESUMO

O presente artigo aborda o contexto político e social que deu ensejo à municipalização da Companhia do Gás na cidade do Porto, em Portugal, no início da Grande Guerra. A precariedade dos serviços e os altos preços cobrados, associados à insatisfação pública, suscitaram o debate político sobre a intervenção estatal na economia e as intervenções da Câmara Municipal. Com isso, pode-se demonstrar que o processo de municipalização não foi retilíneo e com um escopo definido, mas sim se mostrou longo e oscilante, o que levaria, por circunstâncias outras, a desaguar na municipalização.

**Palavras-chave:** Municipalização; Gás; Porto.

## ABSTRACT

This article is about political and social context that lead to the municipalization of the Gas Company in Porto city, Portugal, at the beginning of the Great War. Precarious services and high prices charged lead to public dissatisfaction, that sparked the political debate about state intervention in the economy and the interventions of the City Council. These issues were fundamental for the process of municipalization that was not linear and with a defined scope. Therefore, other circumstances demonstrated that was much longer and oscillating.

**Keywords:** Municipalization; Gas; Porto.

\* Graduando em Licenciatura em História na Universidade Federal Fluminense (UFF).  
Email: marcusnmaia@gmail.com

## Introdução

O presente estudo tem por escopo tratar da questão da municipalização dos serviços públicos, através da Companhia do Gás do Porto, no período da primeira República, em Portugal. A “Crise do Gás” ocorreu no começo do século XX em Portugal e ganhou maior proporção com a carestia de vida que afligia o país nos idos da Grande Guerra. Nesse contexto surgiu a discussão sobre a municipalização do serviço do gás na cidade do Porto.

A precariedade da prestação do serviço público entregue, sob concessão, à Companhia do Gás e as sucessivas altas dos preços das tarifas foram as razões principais que suscitaram o debate político sobre a retomada pelo Município do protagonismo da atividade econômica. Outros fatores de pressão também foram percebidos, mas sempre alimentados pela insatisfação e materializados, por exemplo, em críticas, reclamações, greves e revoltas. Por isso, é necessário perquirir a atuação, seja do ponto individual ou coletivo, no estabelecimento da opinião pública apta a interceder junto a Câmara Municipal na busca da solução do gás e na questão da municipalização. Portanto, não só devemos perceber o protagonismo da Câmara do Porto e dos outros atores políticos, mas também analisar a posição da própria Companhia do Gás e sua argumentação durante todo o processo para podermos melhor analisar e compreender as nuances da discussão.

Nota-se que a importância do debate não está circunscrita à cidade do Porto, uma vez que a cidade de Coimbra já propunha a municipalização dos seus serviços públicos. A cidade de Évora também analisou a municipalização da sua Companhia de Gás, o que levou, inclusive, a Companhia do Porto a discutir o assunto numa reunião de acionistas no mesmo ano. O debate serviu para avançar na discussão no âmbito do Porto até culminar em 16 de novembro de 1917 com a declaração de caducidade e a retomada da concessão do serviço pela Câmara Municipal do Porto.

## Portugal e a cidade do Porto na República Velha.

No final do século XIX já se fazia sentir a crise na Monarquia e a ascensão do movimento republicano em Portugal. Nota-se que o republicanismo era abrangente e heterogêneo, visto que era uma junção de vários pensamentos em oposição ao regime monárquico e as instituições existentes<sup>1</sup>. O cenário deletério da economia, os constantes embates políticos e as questões sociais precárias alimentavam a ideia de renovação e, por conseguinte, fomentavam a ascensão do republicanismo como oposição ao regime vigente. A publicação, em 11 de janeiro de 1891, do programa político republicano e, 20 dias depois, o levante revolucionário ocorrido na cidade do Porto marcaram as bases do republicanismo, em contraponto à Monarquia.

O regime monárquico e o arcaísmo das instituições já eram vistas como as causas do atraso português<sup>2</sup>. A inabilidade do monarca em lidar com as perdas das colônias e o *Ultimatum* inglês em 1890 somente fermentaram uma perspectiva mais crítica ao governo. Nesse contexto, o movimento republicano e a proclamação da República, por si só, eram vistos como uma libertação das amarras e uma repaginação do país para alcançar o desenvolvimento, sob um viés patriótico e nacionalista. Em 05 de outubro de 1910, na cidade de Lisboa, iniciava-

---

1 MARQUES, A. H. O. *História de Portugal. Volume III - Das Revoluções Liberais aos nossos dias*. 13ª ed. Lisboa: Ed Presença, 1998, p.284-285.

2 QUENTAL, Antero. *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*. Disponível em: <[http://www.arqnet.pt/portaql/discursos/maio\\_julho01.html](http://www.arqnet.pt/portaql/discursos/maio_julho01.html)>, acesso em 19-01-2015.

---

---

se, portanto, a revolta final que levaria ao colapso definitivo da monarquia. Estava proclamada a República e sobre ela grandes esperanças de renovação foram depositadas. Nas primeiras eleições de 1911, o partido republicano praticamente dominou o cenário político. Já no ano seguinte, entretanto, esse movimento nacionalista e aparentemente coeso de oposição dava sinais de suas próprias dissidências internas. O Partido Republicano acabou, portanto, se fragmentando em três vertentes de pensamento distintas: Partido Republicano Português (Democratas), Partido Republicano Evolucionista e a União Republicana (Unionistas)<sup>3</sup>.

As eleições legislativas suplementares que se seguiram em novembro de 1913 consagravam o predomínio do Partido Democrático com a maioria dos seus representantes eleitos<sup>4</sup> e grande influência no Governo. No entanto, as questões conflituosas e as divergências políticas ainda não estavam pacificadas e, por ainda estarem presentes e sendo sentidas, tornavam o cenário ainda desarmonioso, levando à conclusão de que as dificuldades políticas, econômicas e sociais, cuja solução parecia surgir com a proclamação da República, não haviam sido equacionadas como esperado.

O início da Grande Guerra na Europa em 1914 somente fez acentuar a perspectiva da crise interna e a dependência externa de Portugal, levando a uma maior carestia de bens necessários à subsistência da população e da economia. Nesse contexto, tornava-se imprescindível uma maior intervenção do Estado, uma vez que as medidas liberais mostravam-se ineficazes a prevenir e a mitigar a crise<sup>5</sup>. Contudo, as primeiras medidas intervencionistas adotadas foram incapazes de solucionar o cenário sombrio que assolava no país. Era preciso instituir, portanto, uma “União Sagrada” através do concerto político extrapartidário entre os Democratas e Evolucionistas, a fim de reunirem-se esforços para superar as divergências que pontuavam o lidar com a Crise e a Guerra<sup>6</sup>. Embora a realidade da coligação, em janeiro de 1915, já sob os auspícios da I Guerra Mundial, o então presidente Bernardino Machado, demitiu o Governo e nomeou o General Pimenta de Castro para exercer o poder em ditadura, TIREI O ‘EM’ face ao descontentamento da política governista. Contudo, em maio do mesmo ano, ele foi deposto e a “União Sagrada” restabelecida. Os Democratas retornavam ao governo, onde permaneceriam até novembro de 1917, quando se observa a ascensão do Sidonismo.

A Crise e a Grande Guerra são, certamente, preâmbulos necessários e imprescindíveis para estruturar a carência que se testemunhava na vida portuguesa na primeira fase da República, ressaltada pela dependência externa, sobretudo da Inglaterra. Por isso, a implacável escassez de recursos também se fez sentir no carvão, item essencial ao abastecimento de energia às indústrias e à iluminação. A importação desse item sofreu uma acentuada queda (de 1.239.814 ton. em 1913 para 253.823 ton. em 1917) e aumento significativo do preço (preço médio 0,74 Libras/ton para 1,31 Libras /ton em 1917)<sup>7</sup>. Muito embora houvesse ocorrido um aumento da produção nacional de 15.626 ton. em 1912 para 151.576 ton. em 1916, ela se mostrou insuficiente à equiparação, em termos absolutos, ao mesmo volume até então importado.

Outras medidas intervencionistas foram adotadas para enfrentar o cenário apocalíptico que se apresentava e o aumento do custo de vida. Entretanto, ainda assim se notavam serem as mesmas insuficientes. A Crise se perpetuava e espalhava a desordem

---

3 ROLLO, Maria Fernanda (Coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol.III. Lisboa: Assembléia da República, 2013-2014, p.199.

4 MARQUES, *op.cit.*, p.248.

5 PIRES, Ana Paula. *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a economia de guerra*. Casal de Cambra: Calendoscópio, 2011, p.59.

6 ROLLO, *op.cit.*, p.1049.

7 PIRES, *op.cit.*, p.158.

pública<sup>8</sup> com revoltas<sup>9</sup> e greves<sup>10</sup> que se faziam sentir pelo país. Dentre os levantes ocorridos, citamos a “Revolução da Batata” como um caso exemplar, quando ocorreram, em maio de 1917 e em dezembro do mesmo ano, nas cidades do Porto, Lisboa e outros municípios, repetidos saques e confrontos com a Polícia<sup>11</sup>, notando-se a amplitude nacional que alcançaram os acontecimentos. Inclusive, na cidade de Lisboa, diante da gravidade das revoltas, chegou-se a declarar estado de sítio, entregando aos militares o comando da cidade para conter os revoltosos<sup>12</sup>. Via-se uma forte oposição, ainda que inábil, em conter os revoltosos, o que, por sua vez, causava um maior descontentamento da população.

Cabe também contextualizar que a I República foi de fortalecimento do movimento operariado<sup>13</sup>. O crescimento do movimento socialista em Portugal, fundado ainda em 1875, também se fazia sentir no Congresso de Tomar (1914), com manifestações de aspirações reformistas e a percepção de que a proclamação da República era um degrau a mais em direção ao socialismo. Também de se destacar duas conferências operárias ocorridas em Lisboa e Porto, ambas em 1917, em que se discutiram a organização operária, a carestia de vida e a organização operária perante as condições de paz<sup>14</sup>.

No mesmo período da I República, na cidade do Porto, iniciou-se período de urbanização com uma maior concentração populacional e com um projeto de remodelação urbanística lançado em 1914<sup>15</sup>, principalmente através da reestruturação da área central (“monumentalização do centro”)<sup>16</sup>, a transferência do Paço do Concelho e do centro financeiro. Iniciava-se uma fase de planejamento urbano que iria se desenvolver durante todo o século. Como não poderia deixar de ser, a cidade do Porto também era um importante centro político no período, visto o protagonismo no movimento republicano de “31 de janeiro”. Os republicanos portugueses marcaram, portanto, o final da monarquia, com destaque à figura de Afonso Costa, que participou ativamente e fez escola no movimento, pois foi eleito como deputado já em 1899 pelo Porto e passou a dominar o cenário político português até depois de 1917. Destaca-se que desde a fragmentação do Partido Republicano, a vertente Democrática esteve à frente da Câmara Municipal do Porto com ampla representatividade. Além disso, embora a predominância dos democratas, o partido socialista também possuía uma representação digna de nota no contexto político, tendo alcançado resultados significativos nas eleições<sup>17</sup>, alinhado com o crescimento do movimento socialista no mundo. Conseqüentemente, as greves e revoltas eclodiram e os governos responderam com uma forte repressão a elas<sup>18</sup>, o que ocasionou uma perda do apoio popular ao governo democrata. O descontentamento da sociedade daria ensejo, então, à ascensão ao governo Sidonista em dezembro de 1917. Era uma alternativa à República Velha que se apresentava, em face da inabilidade do governo democrata em superar a crise. Neste sentido, o cenário nacional também repercutia na cidade do Porto, fosse decorrente do próprio atraso português ou pelo cenário de falta imposto pelo palco de Guerra que se vivia, uma vez que a cidade era um dos principais redutos políticos de apoio ao governo de Afonso Costa e com grande preponderância dos democratas sobre o governo local.

8 *Ibidem*, p.122.

9 *Ibidem*, p.342.

10 *Ibidem*.

11 CORDEIRO, José Manuel Lopes. *História do Porto. Volume 13 - Desafios à república: cidade inconformada e rebelde*. Matosinho: Quidnovi, 2010, p.36.

12 ROLLO, *op.cit.*, p.677

13 *Ibidem*, p.88.

14 CORDEIRO, *op.cit.*, p.83.

15 RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.). *História do Porto*. Porto: Porto editora, 1994, p.526-527.

16 CORDEIRO, *op.cit.*, p.91.

17 RAMOS, *op.cit.*, p.563.

18 CORDEIRO, *op.cit.*, p.79.

---

---

## As Intervenções da Câmara Municipal antecedentes à Municipalização

Em 1889, a Companhia Portuense de Iluminação a Gás repassou à Companhia do Gás do Porto a concessão do serviço de iluminação pública, distribuição de gás e venda de equipamentos. Destaca-se que a Câmara Municipal, ao fim do contrato, encampou os bens da Companhia de Iluminação e entregou-os ao senhor Charles Georgi, vencedor da licitação, que viria a constituir a Companhia do Gás do Porto. Embora questionado sobre a lisura do certame, o contrato de concessão foi prorrogado por duas vezes – em 1894 e 1900 –, e, ainda em 1907, houve o trespasse da concessão, em relação ao fornecimento de eletricidade<sup>19</sup> especificamente, à Sociedade de Energia Elétrica do Porto.

Cabe notar que na sessão da Câmara Municipal de três de setembro de 1914, o vereador Armando Marques Guedes fez uma importante declaração acerca da nulidade da prorrogação do contrato concedido a Charles Georgi e à Companhia do Gás, ressaltando que, uma vez que não tinha ocorrido nenhuma sessão legislativa para a prorrogação, indiscutível seria a nulidade<sup>20</sup> e, assim, defendia a necessidade de que a questão fosse levada aos Tribunais. O próprio presidente da Comissão Executiva, Eduardo Santos Silva, em sessão plenária, determinou que se desse ampla divulgação àquela importante declaração, entretanto, sem maiores medidas concretas de impugnação. Somente em 1917, o mesmo vereador volta a fazer novas e contundentes críticas às renovações do contrato, apontando outras nulidades<sup>21</sup>.

É importante lembrar que a crise portuguesa, na qual se inseria a questão o gás, já se sentia desde a Monarquia, vindo a Grande Guerra apenas a acentuá-la. Destaca-se, ainda, que mesmo antes da eclosão da Guerra, já se notava a precarização do serviço de fornecimento de gás, chegando à Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto reclamações de que havia ruas deficientemente iluminadas, o que comprometia a ordem pública e o contrato em vigor. Em razão disso, o Presidente da Comissão executiva determinou que se oficiasse à Polícia para redobrar a vigilância e que se cobrasse da Companhia o empenho na execução de suas obrigações<sup>22</sup>. Multas foram aplicadas, expedindo-se Ofício da Companhia à Comissão com protestos, sob a alegação de que o defeito estava em mangueiras deterioradas. Numa inspeção feita nas mangueiras foi descoberto que, embora realmente deterioradas, também não havia gás, sendo, por isso, mantida a multa pela falta do serviço<sup>23</sup>.

Observa-se que na *acta* da Comissão Executiva de 04 de fevereiro de 1915, a Companhia do Gás requereu à Câmara Municipal a manutenção do preço do gás particular, que, elevado no passado por circunstâncias extraordinárias, tinha, agora que cessada a causa de elevação, a determinação de retornar ao preço anterior<sup>24</sup>. Requeria-se também no mesmo documento que se renovassem as medidas destinadas a economizar o consumo de gás da iluminação pública. Ambos requerimentos, no entanto, deixaram de ser deferidos e, em parecer emitido e acatado pela Câmara Municipal, determinou-se o retorno do valor menor anteriormente fixado, sem

---

19 MATOS, Ana Cardoso (Coord.). *O Porto e a Eletricidade*. Porto: EDP e Museu da Eletricidade, 2003.

20 Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP). *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1914*: livro 5, p. 119 e verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/391799/?>>, acesso em 18-01-2015.

21 GUEDES, Armando Marques. *A Câmara do Porto na questão do Gás e Eletricidade*. Porto: Tipografia da Empresa Guedes, 1917, p.5/6.

22 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1914*: livro 05, p. 28. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/391767/?>>, acessado em 18-01-2015.

23 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1914*: livro 05, p. 58, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/391780/?>>, acessado em 18-01-2015.

24 GUEDES, *op.cit.*, p.6-7.

diminuição da iluminação pública por não haver, então, necessidade da medida. Ressaltou-se, dentro das considerações da deliberação, que o gás estava sendo fornecido sem o poder iluminante previsto nos contratos, vindo, inclusive, o próprio vereador Armando Marques Guedes a propor que houvesse maior rigor nos exames fotométricos, pois havia zonas na cidade onde o gás fornecido era “detestável”<sup>25</sup>. Outro caso de atuação da Câmara que merece comentário partiu de um requerimento da Associação Comercial dos Lojistas do Porto em que se pedia a adoção urgente de medidas para evitar o prejuízo e inconvenientes que se causavam ao comércio por causa da deficiência do gás<sup>26</sup>. Em face da precarização desse serviço e necessidade de uma maior fiscalização, criou-se uma Comissão de Vereadores, a chamada “Comissão do Gás”<sup>27</sup>, com a responsabilidade de analisar as questões da precariedade do serviço de gás.

Em 1917, o próprio presidente da Comissão Executiva participou à Câmara Municipal a deficiência do fornecimento de gás à indústria e à iluminação, decidindo, em razão disto, dispensar a concessão de licença aos moradores que queriam instalar lâmpadas, por meios próprios, para iluminação<sup>28</sup>. Neste mesmo ano, aumentaram-se as reclamações encaminhadas à Câmara Municipal sobre a precariedade do serviço de fornecimento de gás e a Câmara, a fim de equacionar as dificuldades, emitiu ofícios à Companhia, afirmando que não toleraria que se fornecesse gás sem a pressão necessária ao acionamento dos motores e manutenção da laboração nas oficinas<sup>29</sup>. Outro Ofício municipal expedido sugeria à Companhia do Gás substituir o carvão das Minas de São Pedro da Cova por outro de melhor qualidade, em face da baixa qualidade do gás fornecido que, por isso, poderia até colocar em risco o serviço de transporte público prestado pela empresa Carris<sup>30</sup>.

Diante de inúmeros pedidos de providências da Câmara Municipal à Companhia, propôs-se, em abril de 1917, um aumento do valor do gás, condicionado ao fornecimento de pressão suficiente para iluminar e produzir força motriz nas oficinas. Decretou-se, também, que, caso fossem constatadas mais de cinco faltas, a concessão seria retirada da Companhia. A proposta foi aprovada por maioria, apesar de posições contrárias, em razão das faltas consecutivas praticadas pela empresa<sup>31</sup>. Nesse mesmo contexto, também foi determinado que uma comissão técnica de gás, constituída por engenheiros, exercesse fiscalização diária sobre a qualidade do gás, muito embora a Companhia do Gás não reconhecesse a autoridade e legitimidade do grupo de técnicos e fosse crítica ao trabalho por eles desenvolvido<sup>32</sup>.

A crise do gás intensificou-se de tal forma que os próprios industriais propuseram pagar um preço maior ao fixado pela Câmara Municipal, desde que o gás fornecido fosse

25 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1915*: livro 06, p.135. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/391907/?>>, acesso em 18-01-2015.

26 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1916*: livro 10, p.92, verso. Disponível em <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392692/?>>, acesso em 18-01-2015.:

27 AHMP. *Livro de Atas da Vereação da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 170, p.41, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/367662/?>>, acesso em 18-01-2015.

28 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 11, p.9, verso e 10. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392709/?>>, acesso em 18-01-2015.

29 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 11, p.13, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392710/?>>, acesso em 18-01-2015.

30 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 11, p.25, verso e 26. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392712/?>>, acesso em 18-01-2015.

31 AHMP. *Livro de Atas da Vereação da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 172, p.43, verso e 44. Disponível em <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/369353/?>>, acesso em 18-01-2015.

32 AHMP. *Livro de Atas da Vereação da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 172, p. 35, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/369353/?>>, acesso em 18-01-2015.

---

---

de qualidade e potente o suficiente para fazer funcionar os motores das oficinas<sup>33</sup>. Porém, diante das constantes reclamações que já se faziam notar desde 1914 sobre a qualidade e a interrupção do fornecimento do serviço de gás, chegando a fechar temporariamente fábricas e oficinas, a Câmara Municipal acabou adotando a medida mais extremada de ocupação das instalações e a resolução unilateral do contrato de concessão à Companhia do Gás.

## Os Atores envolvidos

A vereação do Eduardo Santos Silva, presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal entre 1915 a 1918, e do Armando Marques Guedes, vereador atuante na questão do Gás e depois eleito como presidente da Comissão Administrativa dos Serviços de Iluminação a Gás e Eletricidade, contribuíram para dar voz às reclamações feitas por cidadãos e grupos portuenses nas tribunas do governo municipal do Porto, bem como para pautar questões, problemas e votações em busca de uma solução, ainda que não ideal, para o imbróglio. O vereador Armando Guedes chegou a levar o tema à tribuna, fazendo uma explanação da problemática do gás e da iluminação pública ainda em abril de 1915<sup>34</sup>, publicando, inclusive, pequena obra sobre a sua exposição feita em comício no teatro Éden, em 21 de novembro de 1917, quando teceu comentários sobre o contrato de concessão e suas prorrogações, a precariedade do serviço e a benevolência da Câmara Municipal para com a empresa<sup>35</sup>. Destaca-se, também, a figura do vereador Eduardo Santos Silva, a quem coube presidir a Comissão Executiva da Câmara Municipal e era uma importante liderança do Partido Democrático, majoritário na composição da representação camarária do Porto à época dos fatos. Ele contribuiu para pautar e votar o debate sobre a municipalização<sup>36</sup>, sendo proposta dele a drástica solução e a presidência das respectivas sessões que culminaram na declaração da rescisão do contrato e retomada do serviço pelo município. A própria ala minoritária da Câmara Municipal, composta por vereadores do Partido Socialista, principalmente na figura dos vereadores José Ribeiro e Domingos Bastos, ambos também membros da Comissão do Gás nomeada pela Câmara Municipal, mostrou-se ativa, fosse nas sessões camarárias ou através do jornal *A Voz do Povo*.

Esse periódico publicou críticas vorazes à questão do gás e à atuação da Câmara Municipal, fazendo referência à ingratidão da Companhia, visto a “complacência sem limites nos constantes atentados feitos ao contrato, fornecendo luz insuficiente e detestável. Pede que essa complacência termine, pois era injustificada”<sup>37</sup>. O mesmo jornal, em data posterior, destaca que a concessão fazia parte de uma série de “escandalosos monopólios que a monarquia nos legou e que por honra da República de há muito deveriam ser expropriados”<sup>38</sup>. Outras matérias críticas também foram publicadas, inclusive na sua capa, em relação às promessas da Companhia em melhorar o gás fornecido, mas asseverava a sua decepção, pois o gás mantinha a mesma força anterior “servindo apenas para fazer girar o contador, em

---

33 AHMP. Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917: livro 11, p.142, verso e 143. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392749/?>>, acesso em 18-01-2015.

34 AHMP. Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1915: livro 07, p.50 e verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/391926/?>>, acesso em 18-01-2015.

35 GUEDES, *op.cit.*, p.4.

36 PEREIRA, Gaspar Martins (Org.). *Eduardo Santos Silva – Cidadão do Porto [1819-1960]*. Porto: Campo das Letras, 2002, p.38-39.

37 Jornal *A Voz do Povo* – Ano VII, n° 395, de 31 de janeiro de 1915, p.3.

38 Jornal *A Voz do Povo* – Ano VII, n° 425, de 08 de agosto de 1915, p.2.

benefício d'ele, agora por maior preço, continuando as cegas o esfolado consumidor"<sup>39</sup>. Outra matéria de capa sobre o assunto foi publicada em face da Comissão Executiva da Câmara, nos seguintes termos: "parece que a executiva do Paço do Bispo anda de braço dado com a Companhia do Gáz disposta para dançar o tango eleiçoero"<sup>40</sup>. O periódico completa a matéria no seguinte tom: "d'outra forma não se compreende a cegueira da primeira não obrigando as faltas da segunda, faltas que tanto ambicionava para justificar a pretendida rescisão"<sup>41</sup>.

Outro jornal que merece destaque foi *O Comércio do Porto*, menos pelo tom crítico do que pela quantidade de publicações em 1917 sobre a questão do gás. *O Comércio do Porto* nesse mesmo ano publicou as atas da vereação sobre os debates na Câmara Municipal, a apresentação do relatório da Comissão do Gás<sup>42</sup>, reclamações dos consumidores<sup>43</sup>, Carta da Companhia de Gás explicando a crise e imputando as consequências à Guerra<sup>44</sup>, requerimentos de representações de classe reclamando da falta de gás<sup>45</sup> e pedindo a intervenção na Companhia<sup>46</sup>, o pedido de falência da Companhia ao Tribunal de Comércio<sup>47</sup>, além de outras. Também apresentou em seu noticiário matérias sobre a falta de gás e o debate sobre o tema<sup>48</sup>, a possibilidade de ocupação militar da Companhia<sup>49</sup> e a melhora do fornecimento do gás logo após a municipalização<sup>50</sup>. Há que se notar, numa análise rasteira, que se intensificaram as notícias a partir do final do mês de setembro de 1917 até o fim de novembro do mesmo ano no impresso destacado, em consonância com a maior efervescência do debate político.

Outros atores importantes foram as representações de classes, através de ofícios encaminhados, tanto à imprensa quanto à Câmara Municipal, manifestando claro descontentamento com a precariedade do gás e serviço prestado. A Associação Comercial dos Lojistas do Porto pedia, num requerimento à Câmara Municipal, a adoção urgente de medidas que evitem o prejuízo e inconvenientes da pouca intensidade do gás<sup>51</sup>. A Direção da Associação dos Industriais Gráficos do Norte pleiteava a intervenção da Câmara para que a Companhia fornecesse gás às indústrias em condições de manter a laboração das oficinas<sup>52</sup>. Essa mesma organização fez uma convocatória a todos os industriais para, reunindo-se no átrio do Governo Civil, apresentarem ao chefe do distrito reclamação sobre a má qualidade e elevação de preço do gás<sup>53</sup>. A Associação de Classe dos Industriais D'Ourivesaria de Prata do Porto requeria providências, em face da "absoluta falta de gás"<sup>54</sup>. Reclamava também a Fundação de Miragaia sobre a qualidade do gás que mal acionavam os motores, embora o consumo de gás fosse quase o dobro, além de requerer que não fosse permitida a cobrança do aumento exigindo

39 Jornal *A Voz do Povo* - Ano X, nº 530, de 07 de outubro de 1917, p.1

40 Jornal *A Voz do Povo* - Ano X, nº 531, de 14 de outubro de 1917, p.1

41 *Ibidem*.

42 Jornal *O Comércio do Porto* - Ano LXIV, nº 261, 02 de novembro de 1917, p.1.

43 Jornal *O Comércio do Porto* - Ano LXIV, nº 39, 16 de fevereiro de 1917, p.1; Ano LXIV, nº 58, 10 de março de 1917, p.1; Ano LXIV, nº 85, 11 de abril de 1917, p. 01; Ano LXIV, nº 87, 13 de novembro de 1917, p.1; Ano LXIV, nº 253, 24 de outubro de 1917, p.1.

44 Jornal *O Comércio do Porto* - Ano LXIV, nº 87, 13 de abril de 1917, p.1.

45 Jornal *O Comércio do Porto* - Ano LXIX, nº 234, 02 de outubro de 1917, p.1.

46 Jornal *O Comércio do Porto* - Ano LXIV, nº 160, 07 de julho de 1917, p.1.

47 Jornal *O Comércio do Porto* - Ano LXIV, nº 273, p.1.

48 Jornal *O Comércio do Porto* - Ano LXIV, nº 228, 25 de setembro de 1917, p. 01; Ano LXIV, nº 231, 28 de setembro de 1917, p.1; Ano LXIV, nº 233, 30 de setembro de 1917, p.1.

49 Jornal *O Comércio do Porto* - Ano LXIV, nº 234, 02 de outubro de 1917, p.1.

50 Jornal *O Comércio do Porto* - Ano LXIV, nº 282, 27 de novembro de 1917, p.1.

51 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 11, p.13, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392710/?>>, acesso em 18-01-2015.

52 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 11, p.13, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392710/?>>, acesso em 18-01-2015.

53 Jornal *O Comércio do Porto*, Ano LXIX, nº 84, p.3.

54 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 11, p.43, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392729/?>>, acesso em 18-01-2015.

---

---

pela Companhia aos consumidores<sup>55</sup>. É importante frisar que tais requerimentos em relação ao setor industrial foram feitos no interregno do ano de 1917, principalmente a partir da sua segunda metade, o que reforça a ideia da maior pressão política sobre os atores envolvidos.

Seguido essa linha de percepção, observa-se que o vereador Eduardo Santos Silva, no momento da leitura do relatório da Comissão do Gás, destacou a “indignação pública”<sup>56</sup> causada pela ausência da melhoria do serviço de iluminação pública e particular na cidade do Porto. Logo, já se podia sentir o descontentamento popular de caráter mais amplo manifestado através das reclamações, das greves e das revoltas. Por conseguinte, se faziam ecoar críticas ao Governo e ao Partido Republicano Democrático, detentor da maioria parlamentar e da governança. O próprio fortalecimento do movimento Sidonista marcou muito bem essa indignação pública pela situação de pauperização vivida, na qual a questão do gás estava intimamente imbricada. Inegavelmente, formava-se uma massa descontente e indignada, alimentada por várias vertentes que se aglutinavam naquela fase precária, materializada, economicamente, no aumento do custo de vida e nas dificuldades de acesso aos meios de subsistência que se faziam sentir nos idos de 1917.

### **Inconsistências da Companhia do Gás do Porto**

Destacamos inicialmente a questão do desmembramento da concessão do serviço público para fornecimento de gás e energia elétrica, em que se realizou o trespasse da distribuição de energia elétrica à nova empresa constituída - Sociedade de Energia Elétrica do Porto. Segunda a escritura lavrada em 11 de dezembro de 1907, entre ambas as Companhias houve regular e legítimo trespasse dos direitos relativos à concessão de eletricidade com a devidas anuidades da Câmara Municipal<sup>57</sup>. Além dos questionamentos feitos, há que se ressaltar que o próprio Conselho Fiscal da Companhia do Gás do Porto, embora aprovasse o negócio, teve que emitir esclarecimentos sobre o parecer da Repartição Técnica das Sociedades Anônimas, que questionava a legitimidade da compatibilidade do exercício dos seis membros que ocupavam cargos de administração em ambas as sociedades<sup>58</sup>, ante argumentos de conflito de interesses e burla ao processo licitatório.

Outra questão que se pode apontar relaciona-se ao estado de guerra na Europa. Essa circunstância era a base da fundamentação de defesa da Companhia do Gás e a principal justificativa para o aumento do preço do carvão, pois boa parte do abastecimento do mercado português advinha da Inglaterra. Então, com a Guerra e com o bloqueio naval impostos pela Alemanha, criavam-se dificuldades ao transporte da mercadoria para Portugal<sup>59</sup>, o que, nessa lógica, escassearia e encareceria o produto. A empresa chegou a publicar uma Carta no jornal *O Comércio do Porto* em 1917, em que culpava a guerra por não deixar chegar carvão para produção do gás<sup>60</sup>. Não há que se questionar que a Guerra de fato influenciou o comércio de carvão e impactou em determinado grau a produção de gás. Contudo, ainda em junho de

---

55 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 12, p. 14. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392757/?>>, acesso em 18-01-2015.

56 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 12, p. 20, verso/21, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392757/?>>, acesso em 18-01-2015.

57 GUEDES, *op.cit.*, p.34.

58 Jornal *O Comércio do Porto* – Anno LIX, n° 112, 12 de maio de 1912, p.3.

59 GUEDES, *op.cit.*, p.6-7

60 Jornal *O Comércio do Porto* – Ano LXIV, n° 85, de 11 de abril de 1917, p.1.

1914, pouco antes do início da beligerância, já havia uma contundente crítica à Companhia noticiada na sessão da Câmara Municipal, a ponto de comprometer a segurança pública, por estarem as ruas deficientemente iluminadas e exigir-se a “empenho no contrato”<sup>61</sup>.

Em outra correspondência da Companhia à Câmara, lê-se a notícia de que estaria suspensa a navegação com o porto de New Castle, escoadouro central da exportação do carvão a Portugal, a que, entretanto, a empresa responde, afirmando ter estoque até o fim do mês de abril de 1915, época em que, se continuasse a situação, seria forçada a interromper o fornecimento do gás. A própria Câmara contestou, determinando que se mantivessem as condições de iluminação anteriores à guerra, pela afirmação de que não existiam elementos que convencessem que as circunstâncias que até então se faziam manter a situação sofreriam modificações<sup>62</sup>. Na sessão da Câmara do dia 12 de fevereiro de 1917, é lido outro Ofício da Companhia em que novamente se comunicavam as dificuldades da aquisição de carvão, sustentando que só existiria material para queima até o dia 13 seguinte. A essa informação o presidente da Câmara tece severas ponderações, uma vez que, conforme acordado no ano anterior, a diminuição do estoque de carvão deveria ter sido comunicada previamente para que providências fossem tomadas, e não com quatro dias de antecedência. Acrescentava-se que, por força do contrato, a Companhia deveria ter em depósito carvão suficiente para manter o abastecimento por dois meses, bem como que o bloqueio naval imposto à Inglaterra, além de não ser considerado fator de força maior, era, tão pouco, efetivo<sup>63</sup>. A ameaça de paralisação do serviço de gás feita pela Companhia, no entanto, não foi cumprida, tendo sido tal fato constatado e lançado em ata de sessão da Comissão Executiva do Porto<sup>64</sup>. Tal inocorrência, por sua vez, acabou por gerar descrédito e esvaziamento do tom alarmante do discurso da empresa.

Noticia-se, ainda, nesse cenário, o relato de que a Companhia teria expedido notificações aos consumidores vendando o consumo superior a 70% da quantidade do ano anterior<sup>65</sup>. Apesar de legítima a tentativa de redução do consumo em face da Crise que se apresentava, embora de forma unilateral e coercitiva, sem o aval do Poder Público, fizeram-se diversas reclamações, não só acerca da falta do gás, mas também de sua ineficácia, ou seja, ainda que o mesmo fosse fornecido, tal fornecimento não possuía pressão suficiente para queima e funcionamento das máquinas das oficinas.

Outra medida abusiva praticada pela Companhia foi a concessão do aumento da tarifa do gás a oito centavos por m<sup>3</sup>, tanto do gás particular quanto do industrial, desde que condicionado a eficácia do gás e sua capacidade de produzir luz, calor e força motriz às máquinas<sup>66</sup>. Entretanto, apesar da condicionante, a Companhia impôs o aumento ao consumidor sem que a sua contrapartida fosse realizada, locupletando-se indevidamente. Tanto assim o fez, que foi declarada abusiva e ilegal a cobrança do valor imposto, facultando ao consumidor a recusa ao pagamento<sup>67</sup>. Como se não bastasse a cobrança abusiva, impunha-

61 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 07, p.6. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/391917/?>>, acesso em 18-01-2015.

62 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 05, p.28 e verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/391767/?>>, acesso em 18-01-2015.

63 AHMP. *Livro de Atas da Vereação da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 172, p.23 e verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/369252/?>>, acesso em 18-01-2015.

64 AHMP. *Livro de Atas da Vereação da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 172, p.44. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/369353/?>>, acesso em 18-01-2015.

65 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 172, p.14, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392757/?>>, acesso em 18-01-2015.

66 AHMP. *Livro de Atas da Vereação da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 172, p.43, verso/44, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/369353/?>>, acesso em 18-01-2015.

67 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 172, p.114, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/369443/?>>, acesso em 18-01-2015.

---

---

se o corte do fornecimento do gás aos inadimplentes<sup>68</sup>, podendo-se extrair desse cenário que, mesmo não prestado um serviço a contento, a empresa impôs, arbitrariamente, o aumento do preço e aplicava a sanção de suspensão do serviços aos consumidores inadimplentes.

Outras incoerências que se podem perceber foram extraídas das razões apresentadas pela própria Companhia na resposta ao pedido de falência proposto diante do Tribunal do Comércio do Porto. A primeira argumentação exposta na contestação perferia-se política e nada jurídica, uma vez que tentava correlacionar o pedido de falência com o instrumento de facilitação da Câmara Municipal para executar e legitimar os seus propósitos municipalizantes. Nota-se que, diante das inúmeras reclamações ao serviço de fornecimento de gás e a própria pressão popular para encampação, dispensava-se, certamente, qualquer outro argumento legitimador, até porque a Câmara era cobrada pela sua omissão. Outro argumento dúbio apresentado mostrava-se puramente semântico, uma vez que se argumentava que não havia a “cessação” dos pagamentos das obrigações, mas tão somente uma “suspensão”, isto é, a Companhia não pagava o valor devido, sem estabelecer condições mínimas para a retomada. O último ponto incoerente relacionava-se à insolvência e à insuficiência do ativo, pois, mesmo diante de grandes prejuízos, ela afirmava que tinha patrimônio para arcar com os valores cobrados e satisfazer os seus encargos. Ora, se havia patrimônio e recursos, os encargos que suscitaram a falência deveriam ser quitados e não protestados<sup>69</sup>.

## A Municipalização

O processo de municipalização da Companhia do Gás do Porto foi extenso e a Grande Guerra trouxe consequências indubitavelmente que serviram de estopim para a sua deflagração. Todavia, devemos primeiramente recuar e analisar o Programa Político do Partido Republicano, visto que ele manteve a hegemonia política, tanto no âmbito nacional quanto na cidade do Porto durante a República Velha. O primeiro programa republicano de 1891, ainda sob a égide da Monarquia, já acenava para uma tendência à autonomia municipal e à descentralização, tornando os municípios mais independentes na gestão da vida local<sup>70</sup>. Logo no início da República, em 1911, um novo Projeto de Programa foi desenvolvido e aprovado<sup>71</sup>, corroborando a tendência antes subscrita de favorecer a descentralização e a municipalização dos serviços públicos, entre eles a iluminação e o gás<sup>72</sup>.

Cabe salientar que o assunto da municipalização, especialmente dos serviços de fornecimento de gás, não era novo. O município de Coimbra foi o pioneiro na municipalização, visto que o Concelho era presidido por Marnoco e Sousa (1902), um dos grandes defensores da economia política e da municipalização<sup>73</sup>. Em 1915, no Concelho de Évora já se apresentava também uma proposta de municipalização dos serviços de águas, esgotos

---

68 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 172, p.120. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/369444/?>>, acesso em 18-01-2015.

69 *Jornal A Montanha* – Ano VII, nº 2195, 17 de novembro de 1917, p.2.

70 LEAL, Ernesto Castro (Coord.). *Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos Portugueses [1873-1926]: Antologia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014, p.63.

71 O Partido Republicano tinha uma pauta política que fazia se aproximar de pensamentos do Partido Socialista Português, o que levava esse último, a uma aderência e esvaziamento de sua representação. A ruptura entre ambos os partidos foi marcada pelo Congresso de Tomar em 1914, vindo os socialistas a eleger, ainda que minoritariamente, representantes para Câmara Municipal do Porto e eles tiveram papel de oposição ao governo e a favor do processo de municipalização.

72 LEAL, *op.cit.*, p.203

73 MADUREIRA, Nuno Luís (coord.). *A História da energia. Portugal 1890-1980*. Lisboa: Livros Horizontes, 2005, p.49.

e iluminação. Observa-se que esse processo estava inserido num contexto que já vinha sendo debatido, conforme ocorreu no 1º Congresso Municipalista Alentejano<sup>74</sup>. Tanto já se mostrava forte o discurso da municipalização, com eco no Porto, que em 15 de novembro de 1915 foi convocada uma Assembléia Geral Extraordinária da Companhia do Gás do Porto para discutir o trespasse das concessões e a municipalização dos serviços de iluminação<sup>75</sup>.

No dia 05 de abril de 1916 debateu-se na Comissão Executiva se a Companhia queria ou não manter a exploração do serviço, com o fito de que a cidade não fosse, de um momento para outro, deixada de ser iluminada<sup>76</sup>, visto as inúmeras dificuldades apresentadas. Entretanto, oficialmente somente foi lançado em *Acta* do Senado da Câmara Municipal do dia 26 de abril de 1916 que se “iniciava o processo de municipalização” da Companhia do Gás do Porto, uma vez que o presidente Eduardo Santos Silva propôs e foi aprovada por unanimidade a remessa de Ofício à empresa, a fim de definir a forma mais conveniente e rápida da Câmara “tomar imediatamente posse de tudo que é empregado na exploração da iluminação a gás e eletricidade, visto a Companhia confirmar a impossibilidade de continuar com essa exploração...”<sup>77</sup>.

Outros atos pretéritos sugerem a resolução do contrato e o fim do monopólio e, por isso, merecem também serem mencionados. Podemos citar que em 19 de fevereiro de 1914 foi feito um requerimento da Empresa das Minas de Carvão de São Pedro da Cova para arrendamento da instalação no subsolo das ruas da cidade de cabos transmissores de energia elétrica para iluminação e força matriz<sup>78</sup>, até então sob o monopólio da Companhia de Gás. Tal medida teria levado, logo depois, a uma contestação da própria Companhia quanto à indicação da quebra do direito exclusivo de exploração do serviço<sup>79</sup>. Apesar da manifestação da empresa, a Câmara Municipal aprovou o pedido da Empresa Minas de Carvão São Pedro da Cova para arrendamento dos cabos de transmissão de energia elétrica para fornecimento da iluminação e força motriz. O vereador Armando Marques Guedes argumentou, ao tempo, que nem o Contrato de 1889 e as suas prorrogações nem o regimento de 1905 conferiam à Companhia do Gás, à Sociedade de Energia Elétrica ou a qualquer outra a exclusividade do direito de iluminação. Era preciso, segundo o vereador, criar um regime de livre concorrência que não afrontasse o município nas restrições desse monopólio “...e não lhe dificulte, de futuro, a municipalização dos serviços de iluminação pública e particular”<sup>80</sup>. Ele também destaca, a partir de um pedido de iluminação de moradores de bairro operário sobre as dificuldades do serviço prestado, que era “...preciso municipalizar”<sup>81</sup>.

Ainda em 1915, o vereador do Partido Socialista Domingos Bastos, apoiado por sua base, apresenta explicações sobre a aprovação do parecer na Câmara Municipal sobre o aumento do preço do gás através do jornal *A Voz do Povo*. O referido vereador criticou o monopólio da Companhia do Gás e declarou que a minoria foi compelida a aceitar o aumento, em face do aumento do custo do carvão e dos prejuízos suportados pela

74 MATOS, *op.cit.*, p.95.

75 Jornal *O Comércio do Porto* – Ano LXII, nº 252, 02 de novembro de 1915, p.5.

76 AHMP. *Livro de Atas da Vereação da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 171, p.60, verso. <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/368495/?>>, acesso em 18-01-2015.

77 AHMP. *Livro de Atas da Vereação da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 171, p.65, verso e 66. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/368512/?>>, acesso em 18-01-2015.

78 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 04, p.39. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/391820/?>>, acessado em 18-01-2015.

79 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 04, p.80. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/391825/?>>, acesso em 18-01-2015.

80 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1915*: livro 06, p.126. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/391905/?>>, acessado em 18-01-2015.

81 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1915*: livro 06, p.127. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/391905/?>>, acessado em 18-01-2015.

---

empresa. Contudo, não abdicavam da ideia de expropriação e municipalização do serviço<sup>82</sup>.

No entanto, apesar do debate sobre a municipalização antigo, o ano de 1917 tornou-se fulcral à questão da municipalização da Companhia do Gás. No início do ano, na sessão camarária de 15 de fevereiro, o presidente Eduardo Santos Silva afirmou que, uma vez que o serviço de iluminação ainda estava sendo prestado, embora com grandes deficiências, entendia que ainda não era o caso de aplicação do artigo 62 do Contrato de 1889, em que se previa a rescisão do contrato<sup>83</sup>. Todavia, na sessão do dia 1º de novembro de 1917, apresentou-se Relatório da Comissão do Gás em que se lia que, após uma inspeção direta por técnicos, constatou-se que em todos os estabelecimentos visitados o gás era insatisfatório e inapto a produzir força motriz. A promessa de melhoria do serviço que havia sido feita pela Companhia não se vira cumprida e, por isso, a Câmara determinava à Comissão Executiva e do Gás que preparasse tudo o que fosse necessário para declarar caduca a concessão e se tomasse posse dos móveis e imóveis empregados na exploração dessa concessão<sup>84</sup>. Passados alguns dias, o próprio presidente da Comissão Executiva afirmou que se “está colhendo elementos para, dentro em breve, tomar conta dos serviços da Companhia”<sup>85</sup>. Tanto assim o foi que, dias depois, a partir da provocação sobre a falta de gás e parada das máquinas de uma Comissão de Ourives de Prata, voltou a afirmar que a “...Câmara estava tratando de por em prática os meios ao seu alcance para solucionar o assunto e esperava que ele seria resolvido em breves dias”<sup>86</sup>.

Nesse diapasão, a Câmara Municipal do Porto, no dia 16 de novembro de 1917, declarou, por unanimidade, rescisão unilateral e retomada da concessão do gás e eletricidade, determinando que “as Comissões Executiva e do Gás tomem imediatamente as propriedades móveis e imóveis empregadas na exploração do gás e luz elétrica e façam seguidamente essa exploração...”<sup>87</sup>. Após a ocupação da Companhia pelo município foi elaborado um relatório declarando que o maquinário lá existente estava defeituoso e que aqueles que ainda funcionavam precisavam de manutenção, não havendo, ainda, estoque de carvão<sup>88</sup> para o regular desenvolvimento das atividades. No dia 23 de novembro de 1917 era feito o último ato da municipalização. Nomeava-se a Comissão Administrativa dos Serviços de Iluminação a Gás e Eletricidade, presidida pelo vereador Armando Marques, a quem caberia a administração dos bens e serviços da Companhia do Gás<sup>89</sup>.

## Conclusão

A percepção do cenário da época mostra-se necessária para melhor compreensão dos fatores que contribuíram e influenciaram a tomada da decisão da intervenção municipal.

---

82 *Jornal A Voz do Povo* – Ano VIII, nº 422, 08 de agosto de 1915, p.2.

83 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 11, p.9, verso/10. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392709/?>>, acesso em 18-01-2015.

84 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 12, p.21 e verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392757/?>>, acesso em 18-01-2015.

85 AHMP. *Livro de Atas da Vereação da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 172, p.114, verso. <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/369443/?>>, acesso em 18-01-2015.

86 AHMP. *Livro de Atas da Vereação da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 172, p.121, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/369445/?>>, acesso em 18-01-2015.

87 AHMP. *Livro de Atas da Vereação da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 172, p.123/125, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/369446/?>>, acesso em 18-01-2015.

88 AHMP. *Livro de Atas da Vereação da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 172, p.126, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/369447/?>>, acesso em 18-01-2015.

89 AHMP. *Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, 1917*: livro 12, p.34, verso. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392758/?>>, acesso em 18-01-2015.

Por isso, como vimos, o período foi marcado por grave crise econômica, política e social que se percebia desde o final do século XIX, ainda durante o regime Monárquico. O governo, mesmo depois do movimento republicano que se entendia heróico e salvador, não conseguiu debelar a crise que já se fazia presente e, aliado a isso, o início da Grande Guerra agravou o cenário, culminado com novas revoltas e greves. O problema da subsistência em Portugal, alimentado pela sensação de frustração, auxiliou o movimento golpista de Sinidónio Pais, ocorrido em dezembro de 1917. Esse cenário de descrença e crítica à incapacidade do governo da coligação União Sagrada, representado principalmente pelo Partido Republicano Democrata de Afonso Costa, circundaria a declaração da municipalização da Companhia do Gás, visto que o governo da cidade do Porto integrava a mesma vertente do partido governista nacional.

A Câmara Municipal vinha sendo demandada a uma maior intervenção na economia, a fim de atenuar a carestia de vida, porém a sua atuação era feita sem um plano definido<sup>90</sup>, agindo de acordo com a conveniência política do momento. Seguindo essa linha de raciocínio podemos perceber que a atuação da Câmara na tentativa de equalizar os conflitos e interesses foi vacilante, principalmente na questão do gás, uma vez que ora tecia críticas severas à empresa, inclusive suscitando a nulidade do contrato de concessão e ameaçando com a resolução do contrato, ora era extremamente complacente, permitindo concessões, aumento de preços e sendo obsequioso quanto à falta do serviço, limitando-se à fiscalização, aplicação de multas e ao controle do preço. Nesse contexto, percebe-se clara ausência de estratégia definida quanto à questão do gás, deixando-se levar pelos acontecimentos e agindo de forma meramente reativa.

A partir da conclusão acima seria coerente dizer que a Câmara Municipal estava sujeita a grupos de pressão, pois à medida que se aumentavam as críticas à inércia da governança na Crise da Subsistência, respondia às mesmas proferindo discursos desprovidos de medidas eficazes ou, quando atuante, tais medidas eram esvaziadas de efetividade. Frisa-se que no ano de 1917 houve uma maior participação da oposição na situação do gás, tendo ocorrido, também, a ascensão do Sindonismo, a perda de apoio popular do partido governista, a participação ativa das representações de classe junto à Câmara Municipal e uma maior intervenção do próprio presidente da Comissão Executiva Eduardo Santos Silva, até então mais restrito à atuação do Armando Marques Guedes e do grupo minoritário de oposição socialista. Assim, não se estranha, visto a convergência de fatores, que esse também fosse o ano da Municipalização.

Destaca-se que o discurso da Companhia do Gás também foi marcado por incoerências, desde o trespasse do serviço de energia elétrica à Sociedade de Energia Elétrica do Porto até o seu pedido de falência. Embora a Companhia declarasse legítimo o trespasse à Sociedade de Energia Elétrica e criticasse a imputação de ser uma única sociedade, mantinha um mesmo quadro de administradores em ambas as sociedades, tergiversando sobre a confusão de interesses. A própria alegação da Guerra com causa dos prejuízos e da má prestação do serviço pode ser esvaziada, uma vez que pouco antes da guerra já havia censuras contundentes e já era pedido empenho na prestação do serviço. A própria Câmara tratou com descaso as solicitações e reclamações da Companhia, quando do fechamento do porto de New Castle, uma vez que as argumentações eram sempre apocalípticas, condição que remetia ao próprio descrédito. A ameaça não cumprida de paralisação dos serviços corroborou a percepção do exagero e era vista como uma mera tentativa de coagir a Câmara Municipal, além do que aqueles encargos impostos ao consumidor sem a sua contrapartida mostravam a incoerência no discurso da Companhia. Reforçando as assertivas, as razões de defesa no processo de falência traziam a mesma tônica, uma vez que foram utilizados argumentos políticos, semânticos e contraditórios para justificar o não pagamento das suas obrigações.

90 PIRES, *op.cit.*, p.372-373

---

---

Portanto, a partir das problemáticas aventadas, podemos afirmar que, apesar de a Guerra ter sido um fator importante para a questão da carestia de vida e do gás, os seus problemas já eram antecedentes. Mostrou-se também que as intervenções da Câmara Municipal foram dúbias e sem uma estratégia definida, oscilando ora pela complacência, ora pelo rigor, mas sempre pautadas por pressões políticas de órgãos de classe, da imprensa e, é claro, pela própria opinião popular que o partido governista tentava recuperar. As inconsistências das argumentações postas pela Companhia do Gás também contribuíram para fragilizar a sua posição, corroborando, possivelmente, as suspeitas levantadas de que ela já tinha a intenção de abandonar a concessão ou pelo menos não investir no serviço no montante devido. Percebe-se, assim, que o processo de municipalização não foi retilíneo e com um escopo definido, mostrando-se, ao contrário, longo e oscilante, resultando na concretização da municipalização através da rescisão unilateral do contrato e encampação dos bens e serviços da Companhia.